



PROCESSO SELETIVO VAGAS RESIDUAIS 2019



Somos todos ufba!

19

Teoria Geral do Direito

Direito Constitucional

Redação

INSTRUÇÕES

Para a realização das provas, você recebeu este Caderno de Questões, uma Folha de Respostas para as Provas I e II e uma Folha de Resposta destinada à Redação.

1. Caderno de Questões

- Verifique se este Caderno de Questões contém as seguintes provas:
Prova I: TEORIA GERAL DO DIREITO — Questões de 01 a 35
Prova II: DIREITO CONSTITUCIONAL — Questões de 36 a 70
Prova de REDAÇÃO
- Qualquer irregularidade constatada neste Caderno de Questões deve ser imediatamente comunicada ao fiscal de sala.
- Nas Provas I e II, você encontra apenas um tipo de questão: objetiva de proposição simples. Identifique a resposta correta, marcando na coluna correspondente da Folha de Respostas:

V, se a proposição é verdadeira;

F, se a proposição é falsa.

ATENÇÃO: Antes de fazer a marcação, avalie cuidadosamente sua resposta.

LEMBRE-SE:

- A resposta correta vale 1 (um), isto é, você **ganha** 1 (um) ponto.
- A resposta errada vale -0,5 (*menos* meio ponto), isto é, você **não ganha** o ponto e ainda **tem descontada**, em outra questão que você acertou, essa fração do ponto.
- A ausência de marcação e a marcação dupla ou inadequada valem 0 (zero). Você **não ganha nem perde** nada.

2. Folha de Respostas

- A Folha de Respostas das Provas I e II e a Folha de Resposta da Redação são pré-identificadas. Confira os dados registrados nos cabeçalhos e assine-os com caneta esferográfica de **TINTA PRETA**, sem ultrapassar o espaço próprio.
- NÃO AMASSE, NÃO DOBRE, NÃO SUJE, NÃO RASURE ESSAS FOLHAS DE RESPOSTAS.
- Na Folha de Respostas destinada às Provas I e II, a marcação da resposta deve ser feita preenchendo-se o espaço correspondente com caneta esferográfica de **TINTA PRETA**. Não ultrapasse o espaço reservado para esse fim.

Exemplo de Marcação
na Folha de Respostas

	V	F
1	☒	☐
2	☐	☒
3	☐	☒
4	☒	☐
5	☐	☒

- O tempo disponível para a realização das provas e o preenchimento das Folhas de Respostas é de 4 (quatro) horas e 30 (trinta) minutos.
-

ESTAS PROVAS DEVEM SER RESPONDIDAS PELOS CANDIDATOS AO SEGUINTE CURSO:

- DIREITO

PROVA I — TEORIA GERAL DO DIREITO

QUESTÕES de 01 a 35

INSTRUÇÃO:

Para cada questão, de **01** a **35**, marque na coluna correspondente da Folha de Respostas:

V, se a proposição é verdadeira;

F, se a proposição é falsa.

A resposta correta vale 1 (um ponto); a resposta errada vale -0,5 (*menos* meio ponto); a ausência de marcação e a marcação dupla ou inadequada valem 0 (zero).

Questão 01

[...] Uma decisão judicial pela qual uma pena prevista na lei a aplicar não é imposta simplesmente porque o delinquente é um branco e não um negro, um cristão e não um judeu, embora a lei não tome em conta, na determinação do fato delituoso, a raça ou a religião do delinquente, é anulável como contrária ao Direito pelo mesmo fundamento com que seria anulável uma decisão judicial na qual se aplicasse uma pena a um indivíduo que não cometeu qualquer delito determinado por lei e verificado pelo tribunal, ou pelo mesmo fundamento com que é anulável uma decisão judicial em que se imponha a um indivíduo que cometeu um tal delito uma pena não prescrita na lei. A inconstitucionalidade da decisão não representa, nesse caso, qualquer fundamento de anulação e de nulidade diferente do da ilegalidade. (KELSEN, 2006, p. 158/59).

A análise do texto permite concluir que os valores estão acima das normas e do costume, logo, dois modelos de controle de constitucionalidade, o concentrado e o difuso, garantem o princípio da legalidade e constitucionalidade das leis simultaneamente.

Questão 02

STJ, REsp. 249026/PR, Rel. Min. José Delgado, DJU 26.06.2000, p. 138: FGTS. LEVANTAMENTO, TRATAMENTO DE FAMILIAR PORTADOR DO VÍRUS HIV. POSSIBILIDADE. RECURSO ESPECIAL DESPROVIDO. 1. É possível o levantamento do FGTS para fins de tratamento de portador do vírus HIV, ainda que tal moléstia não se encontre elencada no art. 20, XI, da Lei 8036/90, pois não se pode apegar, de forma rígida, à letra fria da lei, e sim considerá-la com temperamentos, tendo-se em vista a intenção do legislador, mormente perante o preceito maior insculpido na Constituição Federal garantidor do direito à saúde, à vida e à dignidade humana e, levando-se em conta o caráter social do Fundo, que é, justamente, assegurar ao trabalhador o atendimento de suas necessidades básicas e de seus familiares". (É POSSÍVEL o levantamento do FGTS para fins de tratamento..., 2017).

Considerando-se a decisão retratada no texto, é correto inferir que, no contexto da Teoria do Direito, há uma crítica ao legalismo e ao normativismo, ao superar o direito positivo e o método das premissas lógicas para aplicação do direito.

Questão 03

Quanto ao arbitramento de fiança em crimes de tráfico de drogas, a decisão do STJ é no seguinte sentido: Interpretando-se as disposições contidas no § 4º do art. 33 e no art. 44, ambos da Lei de Drogas, constata-se a intenção do legislador em diferenciar o tratamento do traficante eventual, tanto concedendo-lhe a redução do privilégio, quanto permitindo-lhe a concessão da fiança, do *sursis*, da graça, do indulto, da anistia e da liberdade provisória, benefícios negados aos que se enquadram no *caput* e § 1º do art. 33 do mencionado diploma. 4. Imperioso afastar a natureza hedionda da Lei 8.072/90 ao crime de tráfico ilícito de entorpecentes, quando reconhecida a sua forma privilegiada, nos termos do art. 33, § 4º, da Lei nº 11.343/06. STJ. HC 372.492/SC. (INTERPRETANDO-SE as disposições contidas..., 2018).

Sobre o tráfico privilegiado (§ 4º Nos delitos definidos no caput e no § 1º deste artigo, as penas poderão ser reduzidas de um sexto a dois terços, desde que o agente seja primário, de bons antecedentes, não se dedique às atividades criminosas nem integre organização criminosa. (AS PENAS poderão ser reduzidas..., 2018).

Essa interpretação do STJ seria classificada, de acordo com a terminologia de Hans Kelsen, como autêntica, visto ter sido realizada por autoridade juridicamente competente.

Questão 04

Considerando-se que a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro – LINDB – dispõe que "Na interpretação de normas sobre gestão pública serão considerados os obstáculos e as dificuldades reais do gestor e as exigências das políticas públicas a seu cargo, sem prejuízo dos direitos dos administrados", é correto afirmar que uma interpretação doutrinária (não-autêntica), com base nos valores superiores da governabilidade e da segurança jurídica, pode atingir atos jurídicos perfeitos.

Questão 05

[...] A lei "inconstitucional" é, até a sua anulação – que pode ser individual, isto é, limitada a um caso concreto, ou geral –, uma lei válida. Não é nula, mas apenas anulável. Situação análoga se apresenta quando a Constituição garante a liberdade de crença e de consciência. Uma tal garantia significa que uma lei pela qual seja proibida a prática de uma determinada religião, quer dizer, pela qual essa prática fique sujeita a uma pena, pode ser anulada como inconstitucional. (KELSEN, 2006, p.159).

Essa afirmação caracteriza o jusnaturalismo, ao indicar a ideia de justiça na aplicação das normas como fundamento final da unidade, da coerência e a completude do sistema, garantido-se, assim, a segurança jurídica.

Questão 06

Pela tradição jurídica do normativismo, a validade é um conceito relacional, pois só é possível saber se uma norma é válida se for estabelecida relação com outras normas do sistema jurídico.

Questão 07

O conceito de eficácia da norma jurídica pode ser ilustrado pela percepção de que, segundo a Constituição Federal de 1988, o legislador, mesmo que siga adequadamente os trâmites formais de criação de uma lei (como ter obtido maioria na votação da matéria), não pode instituir penas de tortura.

Questão 08

De um modo inteiramente acrítico, a Ciência do Direito tem-se confundido com a Psicologia, a Sociologia, a Ética e a Teoria Política, o que pode ser explicado pelo fato de essas ciências se referirem a objetos que possuem uma estreita conexão com o direito, e, dessa forma, de um ponto de vista epistemológico, é possível criticar esse fenômeno com base na noção de "pureza" de Hans Kelsen.

Questão 09

A teoria pura do direito tem como principais problemas a validade e a eficácia, sendo assim, concebe que a modificação da norma fundamental segue à transformação dos fatos a serem interpretados como criação e aplicação de normas jurídicas válidas, pois essa norma fundamental se refere apenas a uma constituição que é efetivamente estabelecida por um ato legislativo ou pelo costume e é eficaz.

Questão 10

O artigo 60 da CF/88, ao estabelecer que algumas matérias não podem ser objeto de emenda constitucional, traduz a natureza do regime democrático de limitar o poder de legislar, bem como os propósitos do Estado de Direito de garantir previsibilidade e segurança jurídica ao sistema normativo.

Questão 11

Do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Art. 8º É concedida anistia aos que, no período de 18 de setembro de 1946 até a data da promulgação da Constituição, foram atingidos, em decorrência de motivação exclusivamente política, por atos de exceção, institucionais ou complementares, aos que foram abrangidos pelo Decreto Legislativo nº 18, de 15 de dezembro de 1961, e aos atingidos pelo Decreto-Lei nº 864, de 12 de setembro de 1969, asseguradas as promoções, na inatividade, ao cargo, emprego, posto ou graduação a que teriam direito se estivessem em serviço ativo, obedecidos os prazos de permanência em atividade previstos nas leis e regulamentos vigentes, respeitadas as características e peculiaridades das carreiras dos servidores públicos civis e militares e observados os respectivos regimes jurídicos. (É CONCEDIDA ANISTIA aos que, no período de...,1988).

Considerando-se o critério de hierarquia das normas da Teoria Pura do Direito em Hans Kelsen, é correto afirmar que ninguém pode ser sancionado em decorrência de motivação exclusivamente política.

Questão 12

A LINDB afirma que, nas esferas administrativa e controladora, é possível que uma decisão seja pautada em valores jurídicos abstratos, sem que sejam consideradas as consequências práticas dessa decisão.

Questão 13

Considerando-se que a arguição de descumprimento de preceito fundamental é uma modalidade de ação constitucional a ser proposta perante o Supremo Tribunal Federal com o objetivo de evitar ou reparar uma violação resultante de um ato do Poder Público, pode-se afirmar que a corrente de pensamento jusnaturalista foi consolidada em tal instrumento.

Questão 14

[...] A antítese ideológica (direito positivo – direito natural) só se dissolverá, como acentuamos, quando for buscado, no *processo histórico-social*, aquele estalão. Mas isto, não importa em identificar, simplesmente, Direito e processo histórico e, sim, procurar neste o aspecto peculiar da *práxis jurídica*, como algo que surge na vida social e fora dela não tem qualquer fundamento ou sentido. (LYRA FILHO, 2006, p. 57-58).

No texto, é possível identificar uma síntese da dialética social do direito, pela crítica estabelecida às duas correntes principais do Direito e por propor novos critérios de legitimidade que podem, inclusive, ser contra a lei e para além da lei.

Questão 15

Considerando-se que a CF/88 determina que, no recurso extraordinário, deve ser demonstrada a repercussão geral das questões constitucionais discutidas no caso e que, para efeito dessa repercussão geral, será considerada a existência ou não de questões relevantes do ponto de vista econômico, político, social ou jurídico que ultrapassem os interesses subjetivos do processo, é correto inferir que, no cenário atual, há maior influência do sociologismo jurídico nas decisões do Supremo Tribunal Federal.

Questão 16

A tradição jusnaturalista introduziu a tríade "fato, valor e norma" no debate da Teoria do Direito, concluindo que os valores e a cultura local deveriam prevalecer no momento da decisão.

QUESTÕES 17 e 18

A 3ª Turma do TRF da 1ª Região, por unanimidade, deu provimento à apelação interposta pelo Ministério Público Federal (MPF), contra a sentença da 3ª Vara da Seção Judiciária do Amazonas, que absolveu os réus (pai e filho) pela prática do delito de apresentar documentação material e ideológica falsa (art. 304 c/c o art. 297 do CP) às autoridades policiais, com o intuito de obter passaporte para viajar ao Japão. Consta da denúncia que o réu (o filho) apresentou documento em nome de uma terceira pessoa, obtido por seu pai. O juiz absolveu os réus sob o fundamento de que estariam abrigados pela inexigibilidade de conduta diversa. Disse que não se poderia exigir de um pai, residente no Japão, que se vê numa situação de desagregação familiar e de penúria de um filho ainda muito jovem, senão a de viabilizar a saída deste para o oriente em busca de melhores condições de vida. (A 3ª TURMA do TRF da 1ª Região, por unanimidade..., 2017).

Considerando-se a situação retratada no texto, é correto afirmar:

Questão 17

A "inexigibilidade de conduta diversa", por estar prevista no Código Penal, é um princípio, e não uma regra.

Questão 18

A matriz de pensamento culturalista corrobora essa decisão, pois Miguel Reale defende que as situações, de fato, sempre superam a ordem jurídica e os valores na sua tridimensionalidade.

Questão 19

Os princípios gerais do Direito, os fins sociais a que a lei se dirige e as exigências do bem comum são princípios interpretativos não positivados, típicos da teoria pós-positivista.

Questão 20

Dado que o jusnaturalismo admite a existência de certos princípios inalteráveis, os quais são anteriores e superiores às leis, é correto sustentar que os direitos naturais serviram como fonte material para a disposição da Constituição Federal de 1988, que qualifica como cláusula pétrea a proibição de penas de morte (salvo em caso de guerra declarada), de caráter perpétuo, de trabalhos forçados, de banimento e cruéis.

Questão 21

No contexto da Teoria do Direito, em especial dos ensinamentos de Chaim Perelman e Tyteca, a argumentação se opõe à demonstração, esta se amparando na ideia de evidência e aquela, nos raciocínios persuasivos.

Questão 22

Lei 8.906, de 04 de julho de 1994 - Dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil.

Capítulo IV - Das infrações e sanções disciplinares.

Art. 34 Constitui infração disciplinar:

VI - advogar contra literal disposição de lei, presumindo-se a boa-fé quando fundamentada na inconstitucionalidade, na injustiça da lei ou em pronunciamento judicial anterior. (Lei 8.906,1994).

No texto, estão presentes influências do pós-positivismo na teoria do direito brasileiro, afastando-se deduções fixas lógicas.

Questão 23

Segundo Tércio Sampaio Júnior, a dogmática jurídica é um corpo de doutrinas, de teorias que têm sua função básica em um *docere* (ensinar), sendo justamente esse *docere* que delimita as possibilidades abertas pela questão da decidibilidade, proporcionando certo “fechamento” no critério de combinação dos modelos, e, desse modo, é correto afirmar que a Ciência Jurídica é uma atividade de caráter interpretativo.

Questão 24

O positivismo legalista dá à lei total superioridade, ficando tudo subordinado ao que ela determina, sendo permitida, segundo essa escola, a invocação de um costume contra a lei.

Questão 25

Segundo a LINDB, o agente público responderá pessoalmente por suas decisões, mas não por opiniões técnicas, mesmo em caso de erro grosseiro no orçamento.

Questão 26

Conforme a LINDB, na aplicação de sanções, serão consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para a administração pública, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os antecedentes do agente.

Questão 27

Uma das contribuições teóricas do culturalismo jurídico é a reflexão sobre a nomogênese da norma jurídica, refletindo na tridimensionalidade do fenômeno do direito.

Questão 28

Considerando-se os caracteres das normas jurídicas (generalidade, abstração, individualidade e concretude), é correto concluir que as sentenças, em regra, não produzem efeitos de caráter geral.

Questão 29

De acordo com a norma definida no Artigo 3º da LINDB, ninguém, salvo a Administração Pública, se escusa de cumprir a lei, alegando que não a conhece.

Questão 30

De acordo com Mascaro, é possível identificar métodos de interpretação que se voltam para a própria textualidade da norma e sua ligação, outros, para o seu contexto e, ainda, os que se detêm em seus objetivos, o que permite afirmar que esse é um corolário da ideia liberal de sistema jurídico como garantia da liberdade e do contínuo de licitudes.

Questão 31

Mascaro, destaca que Kelsen foge do problema de saber se há uma interpretação verdadeira ou falsa da lei, o que permite concluir que Kelsen define que se deve distinguir rigorosamente a interpretação do Direito feita pela ciência jurídica, com autêntica interpretação científica, com determinação cognoscitiva do sentido das normas jurídicas, interpretadas pelos órgãos jurídicos daquela que seria não autêntica por seguir interesses e valores do caso concreto.

Questão 32

A argumentação principal do pensamento jurídico crítico passa por dessacralizar a dogmática lógico-formal, imperante na cultura jurídica, num determinado momento, debate que permeia a polêmica entre Hans Kelsen e Karl Marx, que definem o Direito como ciência ou como ideologia.

Questão 33

Considerando-se que a ciência jurídica é conhecimento e não constituição / elaboração do Direito, e que, na jurisprudência tradicional, domina a opinião de que ela também pode e deve elaborar o direito, é correto identificar, nesse pensamento, a distinção entre a ciência da causalidade e a da imputação.

Questão 34

Ao afirmar que não existe o mal em si, mas apenas o mal proibido, o positivismo jurídico objetiva amalgamar o direito da religião e da moral.

Questão 35

O adágio jurídico “O direito não socorre aos que dormem” busca garantir que, na aplicação da lei, o juiz atenderá aos fins sociais a que ela se dirige e às exigências do bem comum segundo a teoria das fontes do direito.

PROVA II — DIREITO CONSTITUCIONAL

QUESTÕES de 36 a 70

INSTRUÇÃO:

Para cada questão, de **36 a 70**, marque na coluna correspondente da Folha de Respostas:

V, se a proposição é verdadeira;

F, se a proposição é falsa.

A resposta correta vale 1 (um ponto); a resposta errada vale -0,5 (*menos* meio ponto); a ausência de marcação e a marcação dupla ou inadequada valem 0 (zero).

Questão 36

Segundo a teoria clássica de Sieyès, a titularidade do Poder Constituinte caberia à nação.

QUESTÕES 37 e 38

Considerando-se o disposto na Constituição Federal de 1988 – CF/88, é correto afirmar:

Questão 37

A dignidade da pessoa humana, a separação de poderes e a defesa da paz são todos considerados princípios constitucionais fundamentais.

Questão 38

Segundo o texto expresso da CF/88, no Brasil, a República constitui uma cláusula pétrea.

Questão 39

Considerando-se as classificações das Constituições brasileiras, é correto afirmar que a de 1824 era de natureza semirrígida.

Questão 40

Uma eventual proposta de emenda constitucional apresentada por governador de Estado à Câmara dos Deputados seria rejeitada por vício de iniciativa.

Questão 41

A CF/88 pode ser classificada como uma constituição analítica e promulgada.

Questão 42

Segundo o Supremo Tribunal Federal – STF –, a renúncia à condição de brasileiro enseja perda do direito de nacionalidade, ressalvadas as exceções constitucionais, apesar de, nos casos de extradição, ser garantido o compromisso de comutação de eventual pena mais gravosa.

QUESTÕES de 43 a 46

Segundo as disposições da CF/88, é correto afirmar:

Questão 43

É vedado o estabelecimento de distinções entre brasileiros pelos entes da Federação.

Questão 44

O texto constitucional prevê, expressamente, a felicidade como condição de direito fundamental social.

Questão 45

Compete aos municípios legislar sobre serviços locais de gás canalizado, sendo vedada a edição de medida provisória em sua regulamentação.

Questão 46

As cidades satélites são exemplos de municípios no interior do Distrito Federal.

Questão 47

O Brasil adota o semipresidencialismo como forma de governo, tendo em vista o modelo de coalizão vigente nas relações entre o Executivo e o Legislativo.

Questão 48

Nos termos da CF/88, enquanto a Câmara dos Deputados é formada segundo o sistema eleitoral majoritário, o Senado tem seus membros escolhidos conforme a sistemática eleitoral proporcional.

Questão 49

Há iniciativa popular de projeto de lei complementar, bem como de projeto de lei ordinária.

Questão 50

Compete às Comissões Parlamentares de Inquérito decretar a quebra de sigilo bancário, fiscal e de comunicações telefônicas, independentemente de autorização judicial, desde que ensejada por decisão fundamentada.

Questão 51

O Presidente da República pode vetar proposta de emenda constitucional que tenha por objetivo aumentar as hipóteses de aplicação de pena de morte, tendo em vista a violação da dignidade humana e do princípio da proibição do retrocesso social.

Questão 52

O veto presidencial pode ser motivado por inconstitucionalidade ou por contrariedade ao interesse público, sendo classificado pela doutrina, como veto jurídico e veto político, respectivamente.

Questão 53

Serão sucessivamente chamados a substituir a Presidência da República, em caso de sua ausência temporária, o Vice-Presidente da República, o Presidente do Senado Federal e o Presidente da Câmara dos Deputados.

Questão 54

Embora chamados de “crimes de responsabilidade”, as respectivas infrações assumem natureza político-administrativa e encontram expressa descrição na CF/88.

QUESTÕES de 55 a 58

Sobre o disposto na CF/88, é correto afirmar:

Questão 55

Nos casos de intervenção federal, de estado de defesa, de estado de sítio e de processos de *impeachment*, tanto o Conselho da República como o Conselho de Defesa Nacional devem ser ouvidos.

Questão 56

Tribunais com mais de 25 membros podem criar um Órgão Especial, composto por 15 a 30 membros, tendo a competência para decidir sobre temas a ele atribuídos pelo plenário da respectiva Corte.

Questão 57

Na eleição dos candidatos ao quinto constitucional, o Chefe do Executivo deve, necessariamente, nomear o mais votado na lista tríplice indicada pelo Tribunal.

Questão 58

Para concorrer às vagas do quinto constitucional, o advogado ou membro do Ministério Público deve possuir, no mínimo, 10 anos de efetiva atividade profissional.

Questão 59

Os tribunais regionais eleitorais são compostos por cinco juízes eleitorais de carreira, promovidos por antiguidade ou merecimento, além de dois outros juízes, escolhidos pelo quinto constitucional, entre advogados e membros do Ministério Público.

Questão 60

De acordo com a CF/88, no julgamento procedente da ação direta de inconstitucionalidade por omissão, será dada ciência ao poder competente para que adote as providências necessárias no prazo de 30 dias.

Questão 61

Leis e atos normativos municipais são passíveis de questionamento via arguição de descumprimento de preceito fundamental, em caso de violação aos preceitos fundamentais da CF/88.

Questão 62

Na propositura de ação direta de inconstitucionalidade genérica, segundo a jurisprudência do STF, Mesa de Assembleia Legislativa de Estado assume a condição de legitimado especial.

Questão 63

Segundo o princípio da indisponibilidade de instância, uma vez proposta ação direta de inconstitucionalidade, apenas será possível a desistência dentro do prazo sumário de 24 horas.

Questão 64

Qualquer cidadão é parte legítima para propor ação civil pública que vise anular ato lesivo ao patrimônio público, ao meio ambiente e à moralidade administrativa.

Questão 65

A CF/88 prevê legitimação privativa, no âmbito penal, para o Ministério Público, embora assegure legitimação concorrente na esfera cível.

Questão 66

A Chefia do Ministério Público da União compete ao Procurador Geral da República, nomeado pelo Presidente da República entre integrantes da carreira, maiores de trinta anos de idade, com nome sujeito à aprovação pela maioria simples do Senado Federal.

Questão 67

Segundo a CF/88, o objeto da ação declaratória de constitucionalidade abrange, exclusivamente, lei ou ato normativo federal.

Questão 68

Em caso de decisão recorrida que julgue válida lei ou ato de governo local contestado em face de lei federal, é competência do Superior Tribunal de Justiça – STJ – o julgamento de recurso extraordinário.

Questão 69

São princípios institucionais da Defensoria Pública: a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional.

Questão 70

Os Territórios Federais são geridos por governador nomeado pelo Presidente da República.

PROVA DE REDAÇÃO

INSTRUÇÕES:

- Escreva sua Redação com caneta de tinta AZUL ou PRETA, de forma clara e legível.
- Caso utilize letra de imprensa, destaque as iniciais maiúsculas.
- O rascunho deve ser feito no local apropriado do Caderno de Questões.
- Na Folha de Resposta, utilize apenas o espaço a ela destinado.
- Será atribuída a pontuação ZERO à Redação que
 - se afastar do tema proposto;
 - for apresentada em forma de verso;
 - for assinada fora do local apropriado;
 - apresentar qualquer sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato;
 - for escrita a lápis, em parte ou na sua totalidade;
 - apresentar texto incompreensível ou letra ilegível.

Os textos a seguir devem servir como ponto de partida para a sua Redação.

- A aliança entre mídia e consumo colabora para incorporar o indivíduo à lógica do valor discriminatório do consumo. A identificação do indivíduo, além das dimensões fundamentais como nome, atividade ou profissão, incorpora também a tipologia de consumo a que tem acesso, bem como suas escolhas de bens e serviços. Everardo Rocha e Gisela Castro (2012, p.169) ensinam que “o consumo constitui um código por meio do qual nós nos relacionamos com nossos pares e com o mundo à nossa volta”.

Em clássico estudo sobre o consumo, Néstor Garcia Canclini (1999, p.79) constata que “nas sociedades contemporâneas, boa parte da racionalidade das relações sociais se constrói, mais do que na luta pelos meios de produção, na disputa pela apropriação dos meios de distinção simbólica”. Nesse processo, a apropriação desses símbolos visa proporcionar a tão desejada posição de destaque no mercado social. Ainda que o consumo seja comumente reduzido ao mero consumismo, sabemos que os processos de consumo são bastante mais complexos do que frutos de impulsos irrefreáveis deflagrados pelos incessantes apelos da publicidade.

Zygmunt Bauman (2008) destaca a transformação de pessoas em mercadorias no mundo atual. Segundo o autor, a sociedade contemporânea “se distingue por uma reconstrução das relações humanas a partir do padrão, e à semelhança das relações entre os consumidores e os objetos de consumo”.

CASTRO, G.; SETYON, C. Atraente, Confiante, competente. **Revista Redação**, 31 mar. 2013. p.1.

- A economia capitalista moderna deve aumentar a produção constantemente se quiser sobreviver, como um tubarão que deve nadar para não morrer por asfixia. Mas só produzir não é o bastante. Também é preciso que alguém compre os produtos, ou os industrialistas e os investidores irão à falência. Para evitar essa catástrofe e garantir que as pessoas sempre comprem o que quer que a indústria produza, surgiu um novo tipo de ética: o consumismo. [...]

O consumismo prosperou. Somos todos bons consumistas. Compramos uma série de produtos de que não precisamos realmente e que até ontem não sabíamos que existiam. Os fabricantes criam deliberadamente produtos de vida curta e inventam modelos novos e desnecessários de produtos perfeitamente satisfatórios que devemos comprar para “não ficar de fora”. Ir às compras se tornou um passatempo favorito, e os bens de consumo se tornaram mediadores essenciais nas relações entre membros da família, casais e amigos. Feriados religiosos como o Natal se tornaram festivais de compras. Nos Estados Unidos, até mesmo o Memorial Day – originalmente um dia solene para lembrar os soldados mortos em combate – é hoje uma ocasião para vendas especiais. A maioria das pessoas comemora esse dia indo às compras, talvez para provar que os defensores da liberdade não morreram em vão.

O florescimento da ética consumista é mais visível no mercado de alimentos. As sociedades agrícolas tradicionais viviam à sombra terrível da fome. No mundo afliente de hoje, um dos principais problemas de saúde é a obesidade, que acomete os pobres (que se empanturram de hambúrgueres e pizzas) de maneira ainda mais severa do que os ricos (que comem saladas orgânicas e vitaminas de frutas).

Todos os anos, a população dos Estados Unidos gasta mais dinheiro em dietas do que a quantidade necessária para alimentar todas as pessoas famintas no resto do mundo. A obesidade é uma vitória dupla para o consumismo. Em vez de comer pouco, o que levará à contração econômica, as pessoas comem demais e então compram produtos para dieta – contribuindo duplamente para o crescimento econômico. [...]

Já a maioria das pessoas hoje consegue viver de acordo com o ideal capitalista-consumista. A nova ética promete o paraíso sob a condição de que os ricos continuem gananciosos e dediquem seu tempo a ganhar mais dinheiro e as massas deem rédea solta a seus desejos e paixões – e compram cada vez mais. Essa é a primeira religião na história cujos seguidores realmente fazem o que se espera que façam. Mas como temos certeza de que, em troca, teremos o paraíso? Nós vimos na televisão.

HARARI, Y. N. A era das compras. **Sapiens** - Uma breve história da humanidade. 36 ed. Tradução Janaína Maicoantonio. Porto Alegre: L & PM, 2018. p. 357-360. Tradução de: *Sapiens - A Brief History of History of Humankind*.

PROPOSTA

A partir da leitura dos fragmentos motivadores e com base em sua experiência de vida, produza, na norma-padrão da língua portuguesa, um texto **dissertativo-argumentativo**, em que sejam apresentadas ideias que respaldem o ponto de vista a ser defendido sobre o seguinte tema:

“O consumo constitui um código por meio do qual o ser humano se relaciona com os seus pares e com o mundo a sua volta”.

RASCUNHO

REFERÊNCIAS

Questão 01

KELSEN, H. **Teoria Pura do Direito**, São Paulo: Martins Fontes, 2006, 7ª ed. (justiça e direito).

Questão 02

É POSSÍVEL o levantamento do FGTS para fins de tratamento..., Disponível em: <www.jusbrasil.com.br>. Acesso em 16 maio 2019.

Questão 03

INTERPRETANDO-SE as informações contidas... Disponível em: <<https://pedromaganem.jusbrasil.com.br/artigos/524949350/cabe-fianca-em-traffic-de-drogas>>. Acesso em 17 maio 2019. (Adaptada).

AS PENAS poderão ser reduzidas... Disponível em: <<https://pedromaganem.com/2017/03/08/traffic-privilegiado-o-que-e>>. Acesso em 17 maio 2019. (Adaptada).

Questão 04

BRASIL. **Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro**. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em 15 maio 2019.

Questão 05

KELSEN, H. **Op. cit.**, p. 159.

Questão 11

É CONCEDIDA anistia aos que, no período de, ... Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em 17 maio 2019.

Questão 14

LYRA FILHO, R. **O que é direito**. São Paulo: Brasiliense, 2006, (Coleção Primeiros Passos).

Questões 17 e 18

A 3ª TURMA DO TRF da 1ª Região, por unanimidade... Disponível em: <http://www.lex.com.br/noticia_27406561_ESTADO_DE_PENURIA_FINANCEIRA_NAO_AFASTA_INEXIGIBILIDADE_DE_CONDUCTA_DIVERSA_PREVISTA_NO_CP.aspx>. Acesso em: 16 maio 2019.

Questão 22

BRASIL. **Lei 8.906/94**. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 20 maio 2019.



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
PROGRAD/COORDENAÇÃO DE SELEÇÃO E ORIENTAÇÃO
Rua Padre Feijó, 49 – Canela
Cep. 40110-170 – Salvador/BA
Telefax (71) 3283-7820 – E-mail: vagasresiduais@ufba.br
Site: www.vagasresiduais.ufba.br